



*Edição nº 448 da Revista da Previdência Complementar – uma publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp e UniAbrapp.

Entrevista com Pablo Cesário, por Flávia Silva

Presidente Executivo da Abrasca (Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto) desde 1º de janeiro deste ano, Pablo Cesário afirma, nesta entrevista exclusiva, que a entidade tem hoje três grandes pautas: reformas (em especial, a tributária), sustentabilidade e ampliação do mercado de capitais. Com a Abrapp, são compartilhados diversos temas de interesse, sendo o principal deles a canalização de investimentos para o setor produtivo. “Nossa perspectiva é que existe uma questão econômica, naturalmente, mas há também limites regulatórios que precisam ser retirados”, exemplifica. A suspensão de barreiras normativas associada à retomada da normalidade dos juros propiciará tais investimentos, seja em capital ou dívida privada, configurando “um elemento transformador na economia brasileira”, define Cesário. Ao tratar de poupança para a aposentadoria, o dirigente considera como desafio central a incorporação de trabalhadores informais à previdência pública e privada, em especial os de baixa renda. “Outros países podem servir de inspiração para nós, especialmente sobre como oferecer produtos com custos e condições adequados”, argumenta.

O que a Abrasca faz e quais as suas prioridades no momento?

Pablo Cesário – A Abrasca é uma entidade empresarial que tem como grande foco o mercado de capitais, mas temos aumentado o espectro de visão para diversos temas que importam para a competitividade das companhias, mais amplamente, com uma bandeira de como criar um País mais próspero, justo e sustentável. A nossa prioridade atual sem dúvida alguma tem a ver com os grandes temas que estão na pauta. Um deles é a reforma tributária, tanto do consumo, que já está na mesa, quanto de renda, que nós gostaríamos de discutir ainda este ano. Outro tema que eu creio ser importante também para a Abrapp é como podemos viabilizar novas ferramentas de financiamento para as atividades produtivas. Aqui eu destacaria a criação dos fundos de dívida híbridos ou perpétuos e a atração de novas empresas de menor porte para o mercado de capitais. Em suma, temos uma agenda de reformas, que é nacional e muito ligada à tributação, uma pauta de sustentabilidade e outra de ampliação do mercado de capitais.

Como a Associação enxerga o atual cenário macroeconômico e o mercado de trabalho no Brasil hoje?

Pablo Cesário – A aprovação do marco fiscal é um elemento relevante que sinaliza para a responsabilidade fiscal do governo no longo prazo. Esse é um pressuposto importante para o desenvolvimento do País e para a prosperidade de todos, mas não é o único. A aprovação do marco no dia 23 de agosto leva a uma discussão sobre como as metas fiscais serão atendidas. A principal variável nacional é como teremos o roteiro de sustentabilidade fiscal no longo prazo. Chama a atenção que todos os modelos vinham subestimando o crescimento da economia e do emprego, e eu acredito que uma hipótese muito importante a ser considerada para explicar esse fenômeno é que o ciclo de reformas que o País tem feito nos últimos anos pode estar mostrando seus resultados e levando a surpresas positivas, seja no crescimento, seja no emprego. Nós teremos um ciclo de longo prazo de queda da atividade da taxa de juros básica, o que torna a aumentar a atratividade do investimento produtivo nas empresas. Creio que esse pode ser um momento de inflexão na economia, com reflexo positivo sobre o mercado de trabalho. O principal elemento doméstico continua sendo a capacidade e a disciplina fiscal de longo prazo.

Em sua opinião, qual o papel das “S.A” no crescimento? E quanto aos investidores institucionais, como os fundos de pensão?

Pablo Cesário – Acho que as S.A e as companhias abertas, mais especificamente, desempenham, em todas as economias, o papel de locomotivas da criação da prosperidade. Elas são, em geral, organizadoras de cadeias de valor responsáveis pela maior parte da geração de riqueza e prosperidade do País. A existência de um mercado de capitais como o que nós temos no Brasil é uma das tecnologias mais relevantes para que possamos garantir que os recursos dos investidores sejam direcionados para os melhores empreendedores que, obviamente, acabam se organizando com o tempo como S.As, companhias abertas, porque com isso conseguem custos de financiamento mais baixos.

Os fundos de pensão desempenham, ao lado de outros investidores institucionais, como as seguradoras, um papel muito importante. Temos essas espécies aqui no Brasil e elas são uma oportunidade de promoção do investimento de longo prazo. Bancos providos de depósitos à vista possuem, claro, uma maior competitividade para fazer investimentos de curto prazo. Porém, no financiamento do investimento produtivo, os fundos de previdência e as seguradoras são elementos absolutamente centrais e determinantes.

Vamos participar agora junto com a Abrapp de uma discussão essencial sobre as regras de investimento dos fundos de previdência e das seguradoras. Achamos que com a retomada da normalidade dos juros e a retirada de barreiras regulatórias, os fundos de previdência poderão investir cada vez mais em capital, em dívida privada, e isso pode ser um elemento transformador na economia brasileira. Os fundos de previdência no Brasil têm muito menos investimentos produtivos em comparação a outros lugares do mundo; há uma preferência por títulos públicos de dívida. Então, se conseguirmos tornar atrativo para esses poupadores de longo prazo o investimento em empresas privadas, produtivas, isso terá um potencial revolucionário.

Como o senhor vê a evolução da governança nas companhias abertas do País?

Pablo Cesário – A governança é um elemento redutor de riscos, mas também produtor de riquezas. Quando você garante que as regras estejam no lugar, elas levam ou induzem a comportamentos mais produtivos, seja dos gestores, seja dos trabalhadores. A evolução da governança é uma agenda central na Abrasca e eu acho que isso vai muito em linha com o que os investidores institucionais vão fazer porque são essas regras que permitem a longevidade e o aumento da produtividade das empresas no longo prazo. Estamos falando de governança privada, de dentro das companhias, mas também precisamos ter uma agenda de governança pública, sobre como funciona o Estado e como as suas regras interferem nas companhias. Tenho a absoluta certeza que há uma convergência muito grande de visões sobre a importância não só da governança interna, mas também da governança estatal.

(Continua...)

[Clique aqui](#) para ler a entrevista completa na íntegra

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 05.10.2023.